DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.WNB-6124/2014**
PROCESSO	:	**N.º TC/2724/2013**
PROTOCOLO	:	**N.º 1394547**
ÓRGÃO	:	**FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE**
ORDENADOR DE DESPESAS	:	**MARIA IRENE REGINATTO EIBEL**
CARGO DO ORDENADOR	:	**PRESIDENTE**
ASSUNTO	:	**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2012**
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	**CARTA CONVITE Nº 029/2012**
RELATOR	:	**CONS. WALDIR NEVES BARBOSA**
CONTRATADO (A)	:	**ELAINE SIQUEIRA VIVEIROS - ME.**
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	**INSTALAÇÃO DE NATAL (ENFEITES, PRESÉPIOS E MANGUEIRAS LUMINOSAS) NOS PRÉDIOS E PRAÇAS PÚBLICAS**
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	**R$ 39.000,00**

EMENTA: CONTRATAÇÃO PÚBLICA. 1ª 2ª E 3ª FASE CONTRATUAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2012. CARTA CONVITE Nº 029/2012. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL. EXECUÇÃO FINANCEIRA. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. PROCESSO REGULAR. INTIMAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO.

Vistos, etc.

Trata o presente processo do procedimento licitatório, formalização e execução financeira do Contrato Administrativo nº 011/2012, decorrente da Carta Convite nº 029/2012, firmado entre a **Fundação Cultural de São Gabriel do Oeste** e a empresa **Elaine Siqueira Viveiros – ME,** tendo por objeto a instalação de natal (enfeites, presépios e mangueiras luminosas) nos prédios e praças públicas.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da Análise Processual **"ANP-3ICE-9215/2013"** (peça nº 23), procedeu à análise dos autos e constatou a ausência de documentos, requerendo assim, a notificação do interessado na forma regimental.

Devidamente notificado, o responsável acostou nos autos, consoante peça nº

27, documentos e justificativas no intuito de sanar as irregularidades anteriormente apontadas pela 3ª Inspetoria de Controle Externo.

A seguir, a 3ª Inspetoria de Controle Externo, retornando os autos, mediante Análise **"ANA-3ICE-11937/2014"** (peça nº 31), ratificou integralmente a análise anterior, entendendo pela regularidade do procedimento licitatório, formalização contratual e execução financeira, conforme se verifica a seguir:

> Face ao exposto, entendemos pela regularidade do procedimento licitatório, da formalização contratual e da sua execução financeira (1ª, 2ª e 3ª fases), disponibilizando o feito à continuidade do trâmite processual pertinente.

No mesmo sentido, o Ministério Público de Contas, por meio do parecer **"PAR-MPC-GAB. 6 DR.TMV-16893/2014"** (peça nº 33), opinou pela regularidade do procedimento licitatório, formalização contratual e execução financeira, conforme abaixo:

> Ante o exposto, opinamos pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório, da formalização contratual e dos atos praticados no decorrer da execução financeira, nos termos do artigo 120, incisos I, II e III, da RN/TC/MS nº 76/2013.

É o relatório.

Aprecia-se o processo do procedimento licitatório, formalização e execução financeira do Contrato Administrativo nº 011/2012, decorrente da Carta Convite nº 029/2012, firmado entre a **Fundação Cultural de São Gabriel do Oeste** e a empresa **Elaine Siqueira Viveiros – ME,** tendo por objeto a instalação de natal (enfeites, presépios e mangueiras luminosas) nos prédios e praças públicas.

Após analisar os documentos acostados aos autos, pode-se constatar que os atos praticados quanto ao procedimento licitatório, na modalidade Carta Convite nº 029/2012,

atende as disposições estabelecidas no art. 38, da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei Federal nº 8.666/93 e alterações), contendo a habilitação e proposta, parecer jurídico, atos de adjudicação e homologação do resultado e demais documentos pertinentes à licitação, bem como as determinações contidas no Anexo I, Capítulo III, Seção I, Item 1.1, letra "B" – B-1, da Instrução Normativa TC/MS Nº 35 de 14 de dezembro de 2011.

Do exame da formalização do contrato em epígrafe pode-se constatar que os atos praticados estão em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, bem como as determinações contidas na Resolução Normativa TCE/MS Nº 076/2013.

Apreciando o contrato em questão, verifica-se que o mesmo estabelece com clareza e precisão, as condições para sua execução, bem como, apresenta cláusulas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, consoante disposto pelo art. 55, da Lei de Licitação nº 8.666/93 e alterações, estando, ainda, em conformidade com os termos do certame licitatório e da proposta em que se vincula.

Em análise dos autos, a 3ª Inspetoria de Controle Externo, elaborou a tabela do levantamento financeiro, constante da Análise nº **"ANA-3ICE-11937/2014"** (peça nº 31), na esfera da execução financeira, onde aponta os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme os seguintes estágios:

VALOR INICIAL DO CONTRATO	R$ 39.000,00
NOTA DE EMPENHO	R$ 39.000,00
NOTAS FISCAIS	R$ 39.000,00
ORDENS DE PAGAMENTO	R$ 39.000,00

Deste modo, observa-se, que os atos praticados quanto à execução financeira do Contrato Administrativo nº 011/2012, estão em conformidade com a Lei Federal acima referida, bem como, de acordo com os artigos 62 a 65 da Lei Federal 4.320/64 e com as determinações contidas na Instrução Normativa TC/MS nº 35/2011, à época.

O Contrato Administrativo nº 011/2012, celebrado entre as partes em 31/10/2012, teve seu extrato publicado em 01/11/2012, logo **"dentro"** do prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo protocolado nesta Corte de Contas em 22/11/2012, portanto **"dentro"** do prazo preconizado no Capítulo III, Seção I, letra "a", da Instrução Normativa TC/MS nº 35/2011.

Posto isso, e ainda, subsidiado pela Análise Técnica e acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, com base nos arts. 20 e 21, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c os arts. 9º e 10, II e § 3º, IV, "a" e V, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013, **DECIDO:**

1 – pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório, formalização e execução financeira Contrato Administrativo nº 011/2012, decorrente da Carta Convite nº 029/2012, firmado entre a **Fundação Cultural de São Gabriel do Oeste** e a empresa **Elaine Siqueira Viveiros – ME**, haja vista sua consonância com as disposições da Lei de Licitações 8.666/93 e alterações c/c art. 120, I, II e III, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013 e art. 59, I, da Lei Complementar TC/MS nº 160/2012, bem como, da Instrução Normativa nº 35/2011, e demais legislação pertinente;

2 – pela **INTIMAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, em conformidade com o art. 50, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o artigo 94, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

É a decisão.

Remetam-se os presentes autos ao Cartório para as devidas providências, nos termos do art. 70, § 2º, da Resolução Normativa TC/MS 76/2013.

Campo Grande/MS, 20 de novembro de 2014.

Waldir Neves Barbosa

Conselheiro Relator

NB/mss